

REQUERIMENTO nº de 2012

(Da Sra. Liliam Sá)

Requer a realização de diligência, em Vitória do Xingu, Pará, para averiguar e acompanhar as investigações das denúncias do Conselho Tutelar de Altamira sobre a existência de uma rede de exploração sexual infantil e tráfico humano no município de Vitória do Xingu, onde pelo menos 12 jovens eram forçados a se prostituir em uma boate.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exa. a realização de diligências, em Vitória do Xingu, Pará, para averiguar e acompanhar as investigações das denúncias do Conselho Tutelar de Altamira, sobre a existência de uma rede exploração sexual infantil e tráfico humano no município de Vitória do Xingu, onde pelo menos 12 jovens eram forçadas a se prostituir em uma boate localizada próximo ao sítio Pimental, um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

JUSTIFICAÇÃO:

O portal G1 publicou no dia 14 de fevereiro reportagem, em anexo, sobre denúncias feitas ao Conselho Tutelar de Altamira sobre a existência de uma rede de tráfico humano, onde 12 jovens eram explorados sexualmente no município de Vitória do Xingu, a cerca de 50km de Altamira.

Conselho Tutelar denuncia rede de tráfico humano no sudoeste do Pará

Jovens de Santa Catarina seriam aliciadas por rede de prostituição no Pará. Garotas eram mantidas em regime de cárcere privado.

Do G1 PA
85 comentários



O Conselho Tutelar de **Altamira**, no sudoeste do Pará, denuncia a existência de uma rede de tráfico humano no município de Vitória do Xingu, a cerca de 50km de Altamira. De acordo com a conselheira Lucenilda Lima, pelo menos 12 jovens eram forçadas a se prostituir em uma boate localizada próximo ao sítio Pimental, um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

"O Conselho Tutelar recebeu a denúncia de um rapaz e uma adolescente que teria fugido da boate. Havia lá de 12 a 15 mulheres, entre elas a adolescente. Elas vinham de Santa Catarina e eram levadas para essa boate em Altamira, onde eram forçadas a se prostituir", explica Lucenilda Lima.

As vítimas seriam aliciadas com a promessa de uma renda de R\$ 14 mil por semana, mas ao chegarem no Pará eram mantidas em regime de cárcere privado, vigiadas por capangas armados. "Elas ficavam trancadas em quartos sem ventilação, e já chegavam devendo R\$ 3 mil da passagem aérea", conta a conselheira.



Jovens foram resgatadas em Altamira após denúncia do Conselho Tutelar
(Foto: Mário de Paula / TV Liberal)

Além da adolescente de 16 anos, foram resgatadas pelas Polícias Civil e Militar na noite desta quarta-feira (13) três mulheres com idades entre 18 e 23 anos nascidas em Santa Catarina, e um travesti de 20 anos natural de Pinhão, no Paraná. Dois funcionários da boate, o gerente e o

capataz foram presos em flagrante. A polícia apreendeu um caderno que serviria para registrar as dívidas das aliciadas. O proprietário do estabelecimento e a esposa conseguiram fugir.

Segundo informações do delegado Lindoval Ferreira Borges, nesta quinta-feira (14) a polícia deve retornar ao local para resgatar o restante das jovens. "Num primeiro momento, vamos ouvir as adolescentes e depois mandá-las para casa", disse o delegado Rodrigo Spessato.

O caso está sendo apurado pela delegacia do Xingu. A adolescente e outra jovem já prestaram depoimento à polícia. Outras três vítimas devem ser ouvidas ainda hoje.

O Conselho Tutelar irá solicitar ao Ministério Público Federal que as vítimas resgatadas da boate sejam incluídas em programas de proteção à testemunha.

CPI

Nesta quinta (14), o presidente da CPI da Câmara dos Deputados que investiga o tráfico de pessoas no Brasil, deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), informou, por meio de nota oficial, que irá pedir a convocação dos dois homens presos durante a operação das polícias Militar e Civil do Pará. No entanto, não há previsão de quando os parlamentares irão ouvi-los.

Incumbida de investigar o tráfico humano no país, a comissão foi criada em fevereiro de 2012. Ao final de seus trabalhos, a comissão deverá sugerir a criação de leis que auxiliem no combate desse crime.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2012.



Deputada LILIAM SÁ